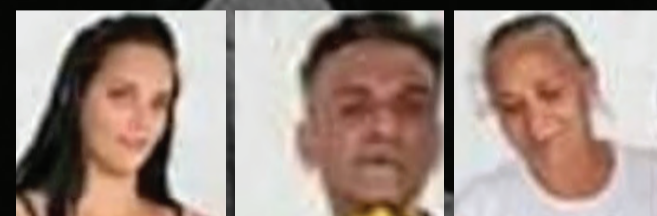


MENINA MORRE EM AGONIA ÀS MÃOS DE BRUXA

CPCJ SABIA DO CASO HÁ DOIS ANOS MAS NÃO AGIU

PRISÃO PERPÉTUA: CHEGA VAI VOLTAR A AVANÇAR COM A PROPOSTA PARA ESTE TIPO DE CRIMES



ASSASSINA FUGE APÓS ESPANCAR CRIANÇA PARA UM BAIRRO SOCIAL A 180KM DE DISTÂNCIA ▲

PAÍS

FUGIR DO BACALHAU À BRÁS E NÃO ADOECER EM AGOSTO

A Diretora da DGS, Graça Freitas, diz que o "pior que nos pode acontecer é adoecer em agosto" e que o "bacalhau à brás estraga muitos fins-de-semana". Será que se refere à falta de médicos para tratar as pessoas nos hospitais?

POLÍTICA

DIA INT. CONTRA O ABUSO E O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

Assinala-se amanhã o Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas. Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal defendem a legalização da canábis, apesar da destruição e morte que isso causa

POLÍTICA

QUANDO A IDEOLOGIA SE SOBREPÕE À SAÚDE DOS PORTUGUESES

Hospitais geridos por PPP chegaram a ser considerados os melhores do país. Agora, sob gestão pública, encerram serviços por falta de médicos. É o caso do Hospital de Braga e do Hospital de Loures onde faltam especialistas.

PAÍS

HÁ PAGAMENTOS AOS LARES QUE FICARAM POR FAZER NA PANDEMIA

Tribunal de Contas detetou falhas em alguns dos apoios estatais previstos para as Instituições Particulares de Solidariedade Social durante a pandemia e recomenda que para futuras situações haja apoios mais adaptáveis.

ECONOMIA

JÁ HÁ PORTUGUESES A CORTAR NA COMIDA POR FALTA DE DINHEIRO

Dois terços dos portugueses já estão a cortar na alimentação por causa da crise. Subida escandalosa dos preços obriga famílias a reduzir consumo de alimentos e a eliminar outros da dieta diária.

OPINIÃO

"Nós, o CHEGA, não somos contra a descentralização que deve mesmo ser feita. Somos, sim, contra o tipo de dotações claramente insuficientes que o governo central quer transferir para as autarquias locais na sequência desta descentralização. Somos também contra qualquer processo de regionalização que só criará mais um 'clube' de assalariados políticos, criando mais 'tachos' e 'tachinhos'".

Bruno Nunes

POLÍTICA

AS PROMESSAS DESMENTIDAS, RANKINGS MARTELADOS DE COSTA

António Costa foi ao Parlamento dizer que o apoio do cabaz alimentar durará mais três meses. Mas é mentira. Também disse que Portugal é o 3º país mais seguro do mundo. Também é mentira. E ainda pediu ao privado para fazer o que o Estado não faz.



MENINA JÉSSICA MORTA EM AGONIA ÀS MÃOS DE BRUXA 'TITA' DURANTE 5 DIAS

Jéssica, uma menina de apenas três anos, foi brutalmente espancada até à morte em Setúbal, aparentemente por causa de uma dívida de 400 euros a uma bruxa a quem a sua mãe terá recorrido para resolver problemas na sua relação com o companheiro.

A pequena Jéssica foi raptada por causa dessa dívida, tendo a sua mãe sido chantageada para não revelar à polícia o que se estava a passar. Quando Inês Tomás, mãe da menina, a foi buscar a casa da bruxa, só ao fim de cinco dias, já a criança se encontrava com múltiplos hematomas, já em estado terminal, vindo a morrer à guarda da mãe. Inês Tomás já terá confessado à Polícia Judiciária e ter-se-á mostrado arrependida por ocultar o rapto. Os contornos deste crime macabro ainda estão a ser apurados pelas autoridades, havendo relatos de que a menina esteve em agonia durante dias e que foi sujeita a agressões violentas em todo o corpo e que terá sido drogada para não chorar. A PJ teve três suspeitos de terem cometido estes atos macabros. Ana Cristina, que será a bruxa, o marido desta, Justo, e Esmeralda, filha do casal. Estas três pessoas terão tomado parte e presenciado todas estas agressões que vitimaram a pequena Jéssica. O funeral da criança realizou-se ontem e foi marcado por ânimos exaltados entre as famílias e insultos à mãe de Jéssica.

Comissão de proteção de menores tinha sido avisada há dois anos

A Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) abriu um processo por alegados maus-tratos à pequena Jéssica em 2020, após ter recebido a sinalização por parte do Núcleo Hospitalar de Crianças e Jovens em Ris-

co de Setúbal pelo facto de a menina estar "exposta a ambiente familiar que poderia colocar em causa o seu bem-estar e desenvolvimento," mas o caso foi arquivado. O Ministério Público não terá recebido mais queixas relativamente à pequena Jéssica desde a sinalização inicial pela CPCJ, razão pela qual não terá avançado. Este caso vem colocar em causa o funcionamento e a eficácia dos mecanismos de deteção de crianças em risco e prova mais uma vez a falência do Estado na proteção dos mais fracos.

CHEGA vai voltar a propor prisão perpétua

O Partido CHEGA já fez saber que vai voltar a propor no Parlamento a aplicação da prisão perpétua para a criminalidade mais grave e violenta, tal como consta do seu programa. André Ventura já afirmou por diversas vezes que, em relação a estas matérias, não aceita que alguém que viole e mate uma criança esteja fora da prisão ao fim de poucos anos, dando como exemplo vários países da União Europeia que têm esta modalidade de pena no seu ordenamento jurídico, como é o caso de Espanha. Na verdade, só existem dois países na União Europeia sem prisão perpétua e são eles Portugal e Croácia.

O caso da pequena Valentina

Esta tragédia que agora aconteceu com Jéssica recorda-nos um caso que ocorreu em maio de 2020 em Atouguia da Baleia, Peniche, com Valentina, que foi morta pelo seu próprio pai. O homem

foi condenado a 25 anos de cadeia, juntamente com a sua companheira, que foi condenada a 18 anos. Foram condenados pelos crimes de homicídio qualificado, profanação de cadáver, abuso de simulação de sinais de perigo em coautoria, sendo que ambas as penas foram

reduzidas em 2021. No caso do pai de Valentina, viu a sua pena reduzida para 24 anos e no caso da madrasta, esta viu a sua pena reduzida de 18 anos para 9 anos, uma vez que o Tribunal entendeu que esta não terá participado ativamente nas agressões.



Conhecida como bruxa 'Tita', a suspeita fugiu depois de ter espancado a criança e procurou asilo num bairro social a 180km de distância, em Leiria.



PORTUGUESES JÁ CORTAM NA COMIDA POR FALTA DE DINHEIRO

25 DE JUNHO
HOJE É NOTÍCIA



A crise provocada pelo aumento dos preços da energia e dos bens alimentares tem levado os portugueses a alterar os seus hábitos diários, incluindo os alimentares. Uma sondagem da Aximage para o JN, DN e TSF concluiu que mais de dois terços dos inquiridos já começaram a cortar na alimentação, o que significa que, devido à crise que já se faz

sentir há alguns meses, os portugueses já começaram a reduzir e, em alguns casos, eliminar determinados alimentos das suas refeições devido à subida substancial do preço dos mesmos. No mesmo inquérito, 97% dos inquiridos responderam afirmativamente quando questionados se já haviam sentido o aumento dos preços desde o início do

ano. Apenas 3% disseram ainda não ter sentido qualquer mudança na carteira ao final do mês. Estes aumentos têm sido mais sentidos nas compras de supermercado (39%) e nas idas aos postos de abastecimento de combustível (39%), mas também nas contas do gás (11%) e da eletricidade (5%), entre outros. Quanto aos combustíveis, 58% admitiu que a subida descontrolada dos preços levou a que deixassem de passear de carro ou a que reduzissem o número de passeios, enquanto 23% afirmou que começou a andar mais a pé e 13% passou a utilizar os transportes públicos. Face ao exposto, 46% dos inquiridos afirmou que a resposta que o Governo está a dar à crise é má contra 14% que dizem que a resposta do Executivo é positiva. Para terminar, 67% das pessoas abrangidas por esta sondagem pediram uma intervenção do Executivo para limitar o aumento do preço dos bens essenciais. Recorde-se que, ainda esta semana, André Ventura defendeu a descida do IVA da eletricidade, tal como Espanha já fez, para conter a escalada dos preços e proteger setores estratégicos e importantes para o desenvolvimento económico do país.

"O PIOR QUE NOS PODE ACONTECER É ADOECER EM AGOSTO" DIZ GRAÇA FREITAS

É de deixar qualquer um atónito. A Diretora-Geral da Saúde reitera cuidados e prevenções aos portugueses, mas não reconhece que o real problema parte da má gestão do SNS feita pela ministra da Saúde, Marta Temido.

A Diretora-Geral da Saúde, Graça Freitas, alertou na passada quarta-feira para os riscos que o verão habitualmente traz, a propósito da apresentação do plano da DGS. "Eu costumo dizer que a pior coisa que nos pode acontecer é adoecer em agosto. Até porque os nossos médicos estão de férias noutra sítio qualquer. E não estou a fazer nenhuma piada de mau gosto. Estou a constatar que agosto não é um bom mês para se ter acidentes ou doenças", disse a responsável pela Direção-Geral de Saúde. O Plano de Contingência para o verão existe há quase 20 anos e integra duas dezenas de entidades, como o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) e o INEM. Face ao que são as previsões para este verão, nomeadamente uma vaga de ca-

lor extremo na Europa, que vai atingir com maior incidência Espanha e França, mas de forma colateral também Portugal, a diretora-geral da Saúde, referiu que o problema das vagas de calor e das intoxicações alimentares levam cada vez mais pessoas às urgências. Por todos estes motivos "desaconselha adoecer em agosto", devendo as pessoas terem cuidado com o que comem, nomeadamente o "bacalhau à brás", com a hidratação e com a exposição solar.



COMBATER AS DROGAS É COMBATER O BLOCO E OS LIBERAIS

O Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas assinala-se este domingo, dia 26 de junho, e tem como objetivo, não só combater o consumo ilícito de estupefacientes, mas também fortalecer a consciencialização da sociedade para este problema. Quando, em 1987, a Organização das Nações Unidas proclamou este dia, fê-lo com o intuito de tornar a sociedade internacional livre do uso de drogas, pois é do conhecimento público os problemas que advêm do consumo de estupefacientes. Milhões de pessoas em todo o mundo, que ficam reféns deste tipo de consumo, acabam por adoecer e até morrer, pois as suas condições de vida deterioram-se face à necessidade de conseguir meios financeiros para comprar os produtos ilícitos. Famílias que ficam destruídas, pessoas que desenvolvem atividades criminosas em busca de financiamento para o vício, pessoas que adoecem e se afastam de familiares e amigos passando a viver numa bolha na qual apenas se vive para ter o consumo seguinte. Muitos são os estudos, nacionais e internacionais, que abordam a temática da toxicod dependência e das consequências da mesma e, no entanto, existem em Portugal partidos que querem legalizar o uso de drogas, nomeadamente a canábica. O Bloco de Esquerda defende a legalização da canábica para controlar os riscos do seu consumo, afirmando que o "conservadorismo faz sempre mal à saúde pública". Pelos vistos não são as drogas! Catarina Martins considera que a melhor forma de combater o consumo e tráfico de droga, no caso canábica, é permitindo a todos o acesso e, portanto, o consumo da mesma, ignorando as consequências para a saúde de todos, em especial dos jovens. Mas o Bloco de Esquerda não é o único. A Iniciativa Liberal é da mesma opinião, por considerar que tem de se colocar um ponto final na "forma paternalista" com que o poder político se sobrepõe à autonomia individual. Este é um argumento curioso, uma vez que este foi o mesmo partido que votou contra a proposta do CHEGA de realização de um referendo à eutanásia, rejeitando, desta forma, a autonomia individual do povo português em dizer de sua justiça nesta matéria. Combater o consumo de estupefacientes não é sinónimo de liberalizar o seu consumo e não foi, certamente, com esse intuito que a ONU proclamou o dia 26 de Junho como o Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas.



Catarina Martins (BE) em campanha demagógica a distribuir merchandising pró-canábica a menores de idade.

DEMISSÃO JÁ!

MINISTRA DA SAÚDE NÃO TEM CONDIÇÕES PARA CONTINUAR

O Partido CHEGA pediu, esta segunda-feira, ao primeiro-ministro que demita a Ministra da Saúde, Marta Temido, por considerar que a mesma já não reúne as condições políticas necessárias para se manter no cargo.

“É profundamente lamentável o que hoje se soube. Serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia encerrados, um bebé que morre no parto devido à falta de especialistas e enquanto isto acontece temos uma ministra incapaz de interromper as suas férias para colocar mãos-à-obra e resolver os problemas da pasta que tutela”, disse André Ventura ao Folha Nacional. Depois de ter sido chamada ao Parlamento para explicar o que está a acontecer no Sistema Nacional de Saúde e de não ter sido capaz de dar uma justificação plausível, mostrando uma impreparação que não se coaduna com a sua posição de governante, ficou-se a saber que a ministra da Saúde se encontrava de férias quando os serviços de urgência colapsaram. Segundo o semanário Nascido do Sol, a ministra apenas interrompeu as suas férias por ordem direta do primeiro-ministro, que a obrigou a ‘dar a cara’ e reunir com sindicatos e a Ordem dos Médicos.

André Ventura disse recentemente que este é “um país ao contrário” e toda a trapalhada que tem vindo a registar-se no Serviço Nacional de Saú-

de aponta para isso mesmo: a ausência de reforço de pessoal nos hospitais, o desperdício de milhões de euros que todos os anos se registam, o fim das Parcerias Público-Privadas por razões apenas de ordem ideológica.

Por todas estas razões, o CHEGA considera que a ministra não tem condições para continuar no cargo e, por isso, o primeiro-ministro deve demitir Marta Temido e fazê-la substituir por alguém capaz de delinear e aplicar uma estratégia de sucesso para salvar o Serviço Nacional de Saúde e, consequentemente, todos os portugueses que para o seu financiamento descontam mensalmente.

“É profundamente lamentável (...) quando temos uma ministra incapaz de interromper as suas férias para colocar mãos-à-obra e resolver os problemas da pasta que tutela”

- André Ventura sobre a ministra

◀ **MARTA TEMIDO**

(AINDA) MINISTRA DA SAÚDE

SAÚDE EM PORTUGAL: PLANIFICAÇÃO INSUFICIENTE E ORGANIZAÇÃO ANTIQUADA

A pandemia mostrou que a planificação da força de trabalho em saúde é insuficiente, a organização profissional antiquada e que falta uma carreira que estimule os talentos, considera o Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS). No Relatório de Primavera 2022 - "E agora?", o OPSS sublinha ainda a importância da existência de uma licenciatura em Saúde Pública.

"Ficou por demais óbvio como foi ignorante não ter há muito (e continuar assim...) uma licenciatura em saúde pública como base de um 'exército' essencial na resposta às rotinas e quando necessário às crises sanitárias", refere Henrique Barros, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e autor do primeiro capítulo do documento, intitulado "O que a pandemia nos fez".

No Relatório de Primavera 2022, o especialista defende igualmente que os anos da pandemia mostraram a centralidade da força de trabalho em saúde, a necessidade de uma formação adequada e de uma distribuição equitativa e inteligente dos recursos humanos pelo espaço geográfico.

O documento sublinha a quebra assistencial nos cui-

dados de saúde, referindo que se perderam "momentos essenciais de intervenção", e refere que se protelaram "desnecessariamente atitudes preventivas e curativas que poderão ter reflexo na morbilidade futura".

"Importa perceber em que medida os cuidados não se acomodaram a esse medo [de recorrer aos cuidados de saúde em casos não covid], que resultou em falta de procura, no limite interrupção dos cuidados", considera o especialista, alertando: "Terão naturalmente os profissionais que avaliar as atitudes para com elas aprender e rever protocolos de atuação futura perante as epidemias que virão ou simplesmente os agravamentos no número de casos que com a covid-19 possam ocorrer".

Apontando a redução, e até paragem, dos rastreios e os atrasos no diagnóstico, admite que se atrasaram as deteções de casos de infeção (...) ou doenças não transmissíveis como o cancro, para as quais - sublinha - "se observa uma inequívoca recuperação", defendendo que a pandemia estará, direta e indiretamente, "ligada a

queixas e quadros clínicos que vão requerer cuidados". Para além da chamada "covid longa" - insiste - "são evidentes as perturbações de gravidade muito variada que vão das alterações do sono aos quadros complexos de saúde mental".

"Não quantificar e planear a resposta a esta situação, quanto como fazer finalmente funcionar os centros de epidemiologia hospitalar ou as unidades clínicas dedicadas a doenças emergentes, só pode ser visto como inaceitável falta de visão quanto ao modo como organizar a saúde", sublinha.

Considera igualmente que a organização "é a chave do sucesso" e que não vale a pena insistir "na inaceitável ideia das falsas urgências": "se o recado pode ser aceitável para quem desenha os serviços e o acesso a eles (...) o que se exige é não culpar a vítima".

"Espera-se antes (...) um caminho que progressivamente racionalize o acesso aos cuidados e no qual as telecomunicações podem ter um papel essencial", refere o documento, sublinhando que ficou evidente com a pande-

mia que "não terá sido muita a vontade de fazer funcionar toda a potencialidade das tecnologias de informação". O relatório do OPSS diz também que a pandemia deixou a descoberto "a real ausência de uma estratégia de saúde escolar e planos não avulsos de intervenção nas escolas". Defende que só assim se conseguirá ajudar a ultrapassar "mais uma iniquidade social", sublinhando: "estabelecimentos públicos e privados tendem a oferecer, a este nível, condições muito distintas embora, deve dizer-se, muito limitados e essencialmente curativos na oferta privada".

Ainda no primeiro capítulo, Henrique Barros faz referência à resposta aos mais vulneráveis, como os idosos que vivem nos lares, sublinhando que muito do que mudou no prognóstico destas pessoas se deveu à política de vacinação.

"É essencial estarmos preparados tanto para assegurar em tempo útil o reforço vacinal, como sobretudo dispor de ações alternativas perante qualquer eventual diminuição da proteção vacinal", alerta.

'QUERO, POSSO E MANDO'. MÉDICOS REJEITAM, MAS GOVERNO AVANÇA COM 50 EUROS PARA HORAS EXTRA



A reunião entre o Ministério da Saúde e os sindicatos dos médicos terminou sem acordo, mas o governo vai avançar com o pagamento de 50 euros à hora, para as horas suplementares, adiantou a ministra Marta Temido.

"O Governo apresentou uma proposta com o valor de 50 euros à hora para as horas suplementares, para além das horas que constituem o limite legal de 150 horas que são realizadas por estes profissionais de saúde. (...) Não foi entendimento dos sindicatos que esta proposta fosse uma solução suficiente", referiu Marta Temido, em declarações aos jornalistas, após a reunião com as estruturas sindicais sobre as remunerações dos clínicos em serviço de urgência. A responsável pela pasta da Saúde frisou, no entanto, que o governo não podia deixar de "dar passos" no sentido de resolver o encerramento de urgências de ginecologia e obstetria de hospitais de vários pontos do país

nos últimos dias, por dificuldades em assegurar escalas de médicos. "Esta questão com que estamos a ser confrontados não é nova, mas não teve nenhuma resposta cabal até agora, de haver dois regimes de trabalho em serviços de urgência muitas vezes assegurado pelo mesmo prestador (...) mas que gera sentimento de injustiça, insegurança e intranquilidade. O governo, apesar disso, vai fazer o normativo necessário em enquadrar esta solução que pôs em cima da mesa transitoriamente", destacou. A tutela pretende que este regime transitório não ultrapasse a necessidade de um ano de vigência, venceu Marta Temido, adiantando que "durante essa vi-

gência poderá naturalmente este regime ser substituído por um regime mais favorável, que venha a ser negociado e que resulta das negociações sindicais". Marta Temido sublinhou que os sindicatos suscitaram ao governo a necessidade de serem adotadas "medidas estruturais". A Ministra da Saúde explicou que essa é também a intenção do governo e que as negociações têm um calendário de 180 dias e está prevista a primeira reunião para 13 de julho. Temido insistiu que o governo reforçou às estruturas sindicais a necessidade de encetar esse processo negocial, tendo em vista as "modificações estruturais" que garantam a resposta aos problemas.

E adiantou que o governo apresentou três propostas para estes problemas, todas com "um enquadramento remuneratório". "[Foi apresentada] Uma resposta estrutural que se prende com a necessidade de negociar um regime de dedicação plena, que como se sabe era um objetivo do programa do governo (...) e é uma abordagem estrutural para o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Outra resposta é o tema do trabalho realizado em contexto do serviço urgência e uma vez mais o funcionamento da rede de serviços de saúde, e outro tema as normas de organização e disciplina do trabalho médico", apontou a ministra.

PORTUGUESES QUEREM REFORMAS, MAS NÃO ACREDITAM QUE GOVERNO AS FAÇA



A grande maioria dos portugueses defende que Portugal necessita de reformas estruturais, mas mais de 65% admite que o Governo não as levará a cabo. Esta é a conclusão do Barómetro Intercampus para o Jornal de Negócios, CM e CMTV, publicado esta segunda-feira, e segundo o qual 91,5% dos inquiridos afirma que são necessárias reformas estruturais, principalmente nas áreas da Saúde e da Justiça. Apenas 6% acredita que não é necessária qualquer reforma mais profunda no sistema português. Mas se a quase totalidade dos inquiridos quer reformas sérias e eficazes, também

uma grande maioria diz não acreditar que as mesmas se venham a concretizar. Pelo menos foi essa a resposta de 65,8% dos inquiridos, contra 18,1% que disseram acreditar que o Executivo liderado por António Costa as coloque em prática. Quanto às áreas que precisam com urgência de uma reforma estrutural, o destaque vai para a Saúde, com 92% dos inquiridos a apontarem este setor como o mais necessitado de mudanças, seguindo-se a Justiça (89,4%), a Educação (86%), a Economia (85,2%), a Segurança Social (84,6%), o Trabalho (83%) e o Ambiente (72,1%).

NINGUÉM DEVE TER ACESSO PRIVILEGIADO À UNIVERSIDADE OU A UM EMPREGO APENAS POR SER NEGRO, CIGANO OU ASIÁTICO

O CHEGA tem sido, desde a sua fundação, um forte crítico da chamada 'discriminação positiva' no acesso às instituições sociais ou às profissões. Na verdade, conforme referiu o Presidente do CHEGA 'estas normas especiais têm como objetivo reduzir ou eliminar as discriminações, mas acabam por potenciá-las e por produzir, muitas vezes, outras injustiças maiores'.

"A sociedade e o elevador social ou institucional devem basear-se no mérito e no trabalho de cada um, e não em condições intrínsecas como a raça ou a etnia", referiu ainda André Ventura. O CHEGA está a estudar esta matéria e deverá ser submetido um projeto-lei para acabar com estas discriminações, ainda durante a presente legislatura.

AFINAL, COSTA MENTIU. APOIO AO CABAZ ALIMENTAR VAI SER APENAS DE MAIS UM MÊS

O prolongamento do apoio de 60 euros para famílias vulneráveis será pago em julho aos beneficiários da tarifa social e da eletricidade e, em agosto, a quem recebe prestações sociais mínimas, disse a ministra do Trabalho.

O Conselho de Ministros aprovou o prolongamento do apoio de 60 euros às famílias mais vulneráveis, criado para atenuar o impacto do aumento dos preços dos bens alimentares, tal como anunciado na quarta-feira pelo primeiro-ministro, António Costa, no primeiro debate sobre política geral da legislatura, na Assembleia da República.

Na conferência de imprensa após o Conselho de Ministros, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, explicou que o apoio extraordinário para mitigar o aumento do preço nos bens alimentares já tinha sido pago em abril e maio. "Esta medida voltará a ser aplicada exatamente nos mesmos moldes" e será paga em julho aos agregados familiares beneficiários da tarifa social da eletricidade e, em agosto, aos beneficiários das prestações sociais mínimas que não tenham sido abrangidos em julho, explicou.

O apoio irá assim abranger "o mesmo universo de agregados em abril e maio", o que significa um milhão e 70 mil agregados em julho e agosto, acrescentou a ministra.

O apoio extraordinário foi anunciado em março e pago pela primeira vez em abril a mais de 762 mil famílias e, em maio, a medida foi alargada, abrangendo mais 280 mil agregados familiares, totalizando assim mais de um milhão de beneficiários.

No primeiro mês da sua aplicação, em

abril, o apoio abrangeu apenas as famílias beneficiárias da tarifa social de eletricidade e em maio foi alargada aos beneficiários de prestações sociais mínimas não abrangidos pela tarifa social. O valor do apoio extraordinário é de 60 euros por agregado familiar e é pago de uma só vez, sendo a sua atribuição pela Segurança Social automática.

Segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), a medida terá um custo associado de 55 milhões de euros.

O apoio extraordinário para as famílias mais vulneráveis foi anunciado em março pelo Governo e tem com o objetivo de compensar o aumento nos preços dos bens alimentares de primeira necessidade, devido ao conflito na Ucrânia.

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou na quarta-feira que o Governo ia aprovar hoje o alargamento por mais três meses do apoio extraordinário ao cabaz alimentar, indicando que a medida abrange "cerca de um milhão de famílias". "O Conselho de Ministros aprovará que a medida extraordinária de apoio ao cabaz alimentar vigorará por mais três meses, ou seja, com mais 60 euros a ser pagos às pessoas que beneficiam da tarifa social de eletricidade e a todos os beneficiários das prestações mínimas", anunciou o chefe de Governo.

O primeiro-ministro falava no primeiro debate sobre política geral da legislatura, na Assembleia da República, e respondia a uma pergunta do CHEGA. De acordo com António Costa, esta medida "abrangerá cerca de um milhão de famílias".

SANTOS SILVA RECUSA ACABAR COM PRIVILÉGIOS DE DEPUTADOS

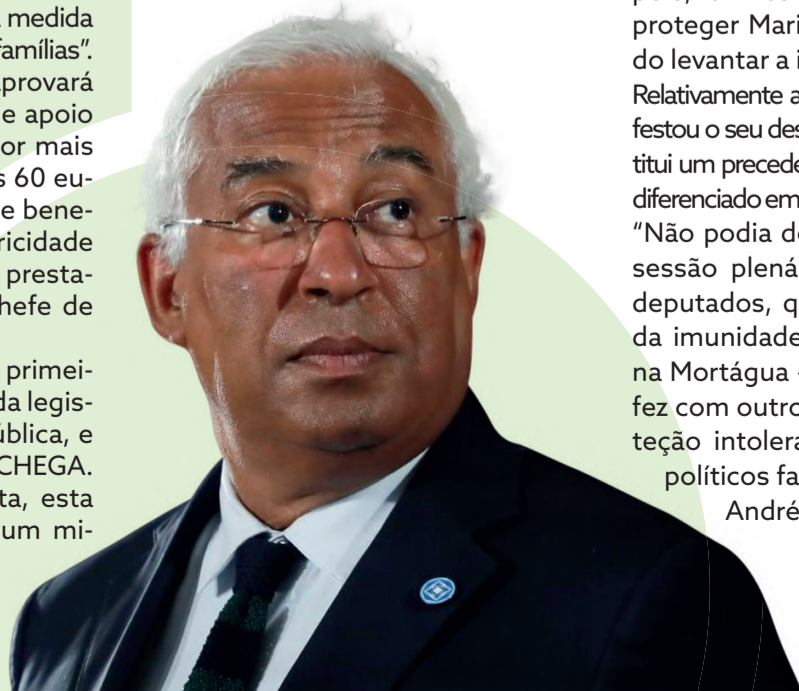
O Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, recusou, esta segunda-feira, levar a discussão projeto do CHEGA, que previa o fim da imunidade parlamentar dos deputados, considerando-o inconstitucional.

O Projeto de Lei que o CHEGA pretendia discutir tinha como objetivo autorizar o levantamento de imunidade dos Deputados sempre que estes fossem constituídos arguidos, salvaguardando-se os casos em que os factos estivessem relacionados com votos e opiniões que estes emitissem no exercício das suas funções. No entanto, o Presidente da Assembleia da República recusou estas alterações propostas pelo CHEGA, alegando que são inconstitucionais.

Na opinião do CHEGA "a imunidade parlamentar não é nem pode ser encarada como um privilégio individual dos Deputados, ou como uma vantagem face aos restantes cidadãos. É, sim, uma prerrogativa da Assembleia da República, no quadro da sua soberania, para decidir sobre a possibilidade de conceder ou levantar a imunidade parlamentar, que apenas deve ser usada para questões relacionadas com a liberdade no exercício do cargo."

O projeto em causa deixava ainda claro que o pedido de levantamento de imunidade "deve cingir-se a verificar se se trata de algum tipo de responsabilização do Deputado em questão devido, por exemplo, a um posicionamento político". Caso contrário esse pedido "deve ter imediatamente a aprovação do levantamento da imunidade, devendo ser aplicado ao Deputado o disposto no Código de Processo Penal, como é a qualquer outro cidadão."

Recorde-se que, no início do mês de junho, o Parlamento decidiu levantar a imunidade de três deputados do CHEGA e, apenas uma semana depois, o mesmo Parlamento decidiu proteger Mariana Mortágua, rejeitando levantar a imunidade da deputada. Relativamente a este caso, o CHEGA manifestou o seu desagrado, referindo que constitui um precedente grave e um tratamento diferenciado em relação a outros deputados. "Não podia deixar de dizer, na última sessão plenária e perante todos os deputados, que o não levantamento da imunidade parlamentar de Mariana Mortágua - ao contrário do que se fez com outros - representa uma proteção intolerável e injustificável dos políticos face à justiça!", comentou André Ventura.



CONSULADO DE PORTUGAL EM TORONTO ENCERRADO POR FALTA DE RECURSOS HUMANOS

O consulado-geral de Portugal em Toronto está encerrado desde 13 de junho devido à falta de recursos humanos, uma situação "caótica", disse à agência Lusa o delegado sindical local.

"A carência e a redução do número de funcionários, provocou o facto de estarmos encerrados há uma semana e meio ao público. Não há condições para abriremos as portas. Neste momento estão no consulado quatro funcionários e faz com que não hajam condições de abertura do consulado", afirmou André Domingues.

O delegado do STCDE-Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro no consulado de Portugal em Toronto, desde 2019, lamentou ainda a "falta de interesse da tutela em resolver este problema há anos".

"Nós somos incapazes de atender um telefone e tirar uma simples dúvida a uma pessoa, tentamos responder aos 'e-mails', mas é muito difícil, é esgotante, os funcionários andam esgotados e não há da parte da tutela uma palavra de conforto, de carinho, em que possam dar uma resposta cabal, abrindo concursos e possam colocar funcionários aqui no consulado em Toronto", frisou.

A morte do chanceler do consulado-geral de Portugal, em 12 de junho, agudizou a crise neste posto consular levando ao desespero no acesso a serviços essenciais de milhares de portuguesas residentes na região.

"Temos sofrido muitas reclamações, contestações, inclusive nas redes sociais, somos atacados diariamente com insultos de que não queremos trabalhar, tudo isso faz com que não haja motivação. Os funcionários andam desmotivados, apesar de já



Consulato Português em Toronto, Canada

terem sido feitos alertas, tanto por mim, enquanto delegado sindical", lamentou André Domingues.

Através de 'e-mail', o cônsul-geral de Portugal em Toronto, José Carneiro Mendes, remeteu quaisquer comentários sobre a situação que o posto consular atravessa para os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

"Na sequência do falecimento súbito e inesperado do chanceler deste posto, Dr. João Rodrigues, estamos a proceder a uma reestruturação interna dos serviços consulados que passa, para já, pelo atendimento por marcação, em que selecionamos os casos mais urgentes", escreveu o diplomata.

A Lusa contactou o gabinete de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que remeteu esclarecimentos para mais tarde.

Em 2013, o posto consular de Toronto tinha 23 funcionários, número que foi

sendo reduzido ao longo dos anos, mas devido a uma reestruturação, ao abrigo do decreto-lei 47/2013, muitos dos empregados rescindiram o contrato, ficando apenas 18, um número que foi sendo reduzido e nunca mais foi repostos.

"Em 2018 foram contratados funcionários, mas entretanto já rescindiram contrato pois não há interesse dos funcionários em permanecerem no consulado, porque os salários não são revistos desde o decreto-lei 47/2013. Há 12 anos que os salários não sofreram qualquer alteração", justificou André Domingues.

Segundo o delegado sindical do STCDE, "Lisboa já tem conhecimento da situação", devendo estar a realizar as diligências necessárias, enviando alguém de Portugal para que o consulado passa "abrir em segurança".

Para André Domingues, as principais necessidades para que este problema seja resolvido passam pelo reforço dos "recursos humanos que são deficitários neste momento".

"Há uma carência enorme de recursos humanos a todos os níveis, no aspeto de reorganização da estrutura do consulado, que deveria ter técnicos superiores, mais assistentes técnicos, num número suficiente capaz de responder a esta comunidade enorme, no Ontário e Winnipeg, com cerca de meio milhão de portugueses que residem nesta área", declarou.

No consulado entram diariamente 150 a 200 pessoas com o mais diverso tipo de necessidades desde cartões de cidadão, passaportes, registo civil, notariado e vistos, para o que atualmente o posto "não tem capacidade", bem como de outros processos, como os vários pedidos de informação para o programa Regressar.

Desde o início da pandemia que o consulado em Toronto passou a atender apenas com marcação prévia, que deixa uma grande parte da comunidade, mais idosa, que não tem acesso às novas tecnologias, mais condicionada para aceder ao serviço.

O conselheiro das Comunidades Portuguesas no Canadá, em Montreal, Daniel Loureiro, mostrou-se triste por esta situação de Toronto, que "não é única".

"É o caso do Canadá, mas também em Paris, Bruxelas, Londres, no Rio de Janeiro, em São Paulo. São muitos casos e os consulados têm vivido dificuldades enormes no atendimento, especialmente no que diz respeito ao atendimento ao público", realçou.

Os consulados estão abertos num horário específico, muito importante para as respetivas comunidades, que têm "dificuldades nesse processo de atendimento", nomeadamente em Toronto onde a "situação é bastante difícil", reconheceu.

"Sei inclusivamente casos de pessoas que se deslocaram a Montreal para tratarem de documentos, é óbvio que aproveitaram para visitar a cidade (a mais de 500 quilómetros de distância), sublinhou.

Em Montreal, o problema também existe "mas não da dimensão de Toronto dada a dimensão da comunidade de ser mais reduzida", acrescentou.

O consulado em Toronto está previsto abrir portas novamente após 04 de julho, com as marcações para atos consulares suspensos até esse dia.

Foram várias as dezenas de portugueses que através das redes sociais expressaram desagrado e frustração pelo acesso limitado ou nulo aos serviços consulados numa altura crucial de férias para muitos.

VIOLÊNCIA REGRESSA AO ALGARVE. PSP IDENTIFICA TURISTAS

Dois grupos de jovens envolveram-se, na madrugada de terça-feira, em cenas de pancadaria, na Praia da Rocha, em Portimão.

Os confrontos, sabe o Folha Nacional, começaram pelas 01h00 com dois grupos de jovens de nacionalidade estrangeira a envolverem-se em cenas de pancadaria.

Os distúrbios envolveram ainda o gerente de um bar e um segurança que tentaram pôr cobro às agressões, uma situação que culminou com o arremesso de mesas e cadeiras contra um estabelecimento comercial.

Quando a PSP chegou ao local

os jovens já lá não estavam, mas acabaram por ser localizados e identificados mais tarde. Não há feridos a registar do incidente, mas sim vários danos materiais.

Esta não é a primeira vez que se regista um episódio de violência no Algarve com turistas estrangeiros.

As repetidas situações de confrontos já levaram várias associações de comerciantes, hoteleiros e agentes turísticos do Algarve a pedirem a intervenção da Assembleia da República no sentido de legislarem sobre estas matérias, nomeadamente a violência gratuita.



Estes acontecimentos, cada vez mais comuns no Algarve, deviam já ter tido da parte do governo uma atenção especial,

pois desde 2017 que vão sendo reportados por várias associações e residentes locais.

“FICARAM POR REALIZAR A MAIORIA DOS PAGAMENTOS” AOS LARES DURANTE A PANDEMIA

O Tribunal de Contas detetou falhas em alguns dos apoios estatais previstos para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) durante a pandemia, e recomenda que para futuras situações haja apoios mais adaptáveis, segundo um relatório divulgado.

O relatório da auditoria “COVID 19 – Apoios do Estado às IPSS com Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas” aponta que os lares foram apoiados em 2020 por “várias entidades públicas”, face à emergência da pandemia de covid-19, mas ainda assim “a dimensão do impacto adverso da pandemia nas ERPI, em 2020, foi significativa”.

O Tribunal de Contas (TdC) refere que o Estado lançou várias medidas de apoio, de natureza financeira e operacional, com a ajuda das quais as ERPI “mantiveram a sua atividade apesar do impacto negativo da doença”.

“Foram instituídos apoios para mitigar os impactos da pandemia nas IPSS com os custos acrescidos de funcionamento (52,9 M€), para reforçar o número e a capacitação dos recursos humanos (25,5 M€) e através das medidas de proteção e apoio à tesouraria e liquidez foram concedidos 79,6 M€ em empréstimos e diferido o reembolso de 1,4 M€ de prestações de empréstimos”, lê-se no relatório.

O documento acrescenta que também foram realizadas visitas de monitorização e acompanhamento das medidas de prevenção aos lares e lançado um programa de testagem preventiva para os trabalhadores dos lares.

Apesar de todos estes apoios, a dimensão do impacto nas ERPI “foi significativa” e dá como exemplo que em 2020 cerca de 46,9% (1.189) das ERPI tiveram casos confirmados de covid-19 e que dos quase 24 mil casos confirmados de infeção, a maior parte (69,9%) dizia respeito a utentes, além de se terem registado 1.923 mortes.

O TdC enuncia que os lares com acordo de cooperação beneficiaram em 2020 de dois aumentos das participações financeiras pagas pela Segurança Social, um regular de 10 milhões de euros e um outro extraordinário de 5,5 milhões de euros.

“Nos últimos três meses de 2020, o cálculo da comparticipação financeira paga pela Segurança Social às ERPI devia ser efetuado com referência às frequências pré-pandemia, se maiores. Potencialmente, a medida poderia abranger 379 IPSS, mas só 18 foram apoiadas em 2020”, aponta o TdC.

De acordo com o TdC, esta medida poderia ter beneficiado cerca de 441 ERPI, entre 379 IPSS, correspondendo a 4.047 utentes, mas “ficaram por

realizar a maioria dos pagamentos às IPSS, tendo a execução financeira em 2020 se cifrado em apenas 59,7 milhões de euros, abrangendo 18 IPSS”. Dá como exemplo o programa “Adaptar Social+”, que teve uma forte adesão, “mas um impacto limitado por uma dotação inicial insuficiente face à procura, dificuldades das entidades no preenchimento dos formulários de candidatura e atrasos na aprovação das candidaturas”.

De acordo com o TdC, “o contexto de emergência não permitiu desenvolver um sistema de informação para operacionalização do programa ou formulários eletrónicos” e detetou várias deficiências na informação de registo das candidaturas e de monitorização do programa.

Aponta também que os financiamentos concedidos a entidades de economia social através da Linha de Apoio ao Setor Social COVID-19 ascenderam a 81,4 M€, que as IPSS com dívidas ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário tiveram a oportunidade de pedirem o diferimento dos reembolsos previstos para 2020 e que o programa MAREESS ajudou a colmatar a falta de

pessoal nas instituições.

Refere igualmente que as Brigadas de Intervenção Rápida (BIR) foram importantes para a manutenção em funcionamento das ERPI durante o quarto trimestre de 2020, em particular das que foram afetadas por surtos, tendo estas brigadas apoiado 250 lares entre outubro e dezembro de 2020.

Destaca que foi promovida a testagem a profissionais das ERPI, de unidades de cuidados continuados e de outras respostas sociais dedicadas a pessoas idosas, e que foram criadas vagas extra acordo de cooperação nas ERPI para as pessoas idosas que continuavam internadas após alta clínica por motivos sociais e que precisavam de uma resposta de acolhimento.

A auditoria serve também para o TdC deixar recomendações a várias entidades públicas, desde logo ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Se-

gurança Social, ao qual é sugerido que desenvolva uma estratégia nacional de medidas ativas de emprego para a área de apoio a pessoas idosas e que em futuras situações de emergência pondere a criação de apoios mais abrangentes e adaptáveis, de modo a simplificar e agilizar procedimentos.

Por outro lado, recomenda ao Instituto de Segurança Social, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e ao Banco de Fomento que criem mecanismos de monitorização e controlo mais robustos e de deteção e correção de irregularidades.

Especificamente para o ISS, o TdC deixa a recomendação para que simplifique os processos de candidatura a programas e apoios e faça ações de controlo aos apoios concedidos no âmbito do programa Adaptar Social+ e que divulgue os resultados.



NOVA FRAUDE COM DINHEIRO PÚBLICO LEVA A MAIS DE 40 BUSCAS NO PAÍS

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) anunciou que foram feitas 42 buscas em vários locais do país, designadamente, em Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, no âmbito do Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN).

Segundo o DCIAP, os factos “em investigação são suscetíveis de substanciar os crimes de fraude na obtenção de subsídio e fraude fiscal qualificada”.

“Estão em causa apoios solicitados por dez sociedades que integram um grande grupo empresarial, no referido âmbito do QREN, através de, pelo menos, 113 projetos aprovados no quadro do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e do PRO-EMPREGO”, adianta em comunicado.

O DCIAP refere ainda que “os projetos foram executados entre os anos de 2008 e 2014 e cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, com o valor imputado de 36.477.778,54 €, suportados por 153.117 despesas submetidas a financiamento”.

“As diligências, que decorrem em residências e em sociedades, são realizadas pela referida equipa, por sete peritos do NAT e por quatro magistrados do Ministério Público do DCIAP”, salienta.

O processo, de acordo com o DCIAP, teve origem numa participação do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), compreendendo projetos no âmbito do QREN.

“Foram identificadas despesas de fornecedores, pessoas singulares e cedência de pessoal com indícios de fraude, a confirmar em sede de inquérito, e que ascenderam a 7.638.062,09 €, ou seja, cerca de 21% do total das despesas submetidas a cofinanciamento”, indica.

O DCIAP lembra que o inquérito se encontra em segredo de justiça externo. As 42 buscas aconteceram no âmbito de um inquérito dirigido pelo Ministério Público do DCIAP cuja investigação se encontra a cargo de uma equipa mista constituída por inspetores e peritos da Polícia Judiciária (PJ) e da Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais (DSIFAE), com o apoio de membros do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) da Procuradoria-Geral da República.

PORTUGAL PROPÕE ADIAR META DE REDUÇÃO TOTAL DAS EMISSÕES NO SETOR AUTOMÓVEL

Portugal e mais quatro países da União Europeia propõem adiar por cinco anos, até 2040, a redução em 100% das emissões de dióxido de carbono nos veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias, contrariando uma decisão do Parlamento Europeu.

Segundo a associação ambientalista Zero, que denuncia em comunicado divulgado a situação com base numa proposta conjunta dos cinco países que deverá ser debatida na sexta-feira em reunião do Comité de Representantes Permanentes da União Europeia, a "tomada de posição de Portugal estará diretamente relacionada com investimentos em linhas de produção de automóveis a combustão realizados pela Autoeuropa no país".

O comunicado da Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável menciona que Portugal, Itália, Roménia, Bulgária e Eslováquia se "preparam para formar um bloco e tomar uma posição conjunta que mina a votação favorável do Parlamento Europeu de impor um corte de 100% nas emissões de dióxido de carbono de novos automóveis a partir de 2035".

Em 08 de junho, o Parlamento Europeu aprovou - com 339 votos a favor, 249 contra e 24 abstenções - uma proposta da Comissão Europeia que proíbe a venda de novos veículos com motor de combustão a partir de 2035, permitindo na prática só a venda de veículos novos elétricos.

O "bloco dos cinco", incluindo Portugal, propõe a redução em 100% das emissões apenas em 2040. Para 2035 defende uma diminuição das

emissões poluentes em 90% para os veículos ligeiros de passageiros e em 80% para os ligeiros de mercadorias. Para a Zero, "a posição em bloco destes países pode mesmo determinar o gorar da ambição de proibir a venda de carros a combustão a partir de 2035, o que é uma machadada no Pacto Ecológico Europeu", admitindo que o Governo alemão "poderá abster-se" no Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia, que se realiza na terça-feira.

A associação ambientalista considera que "uma redução de apenas 90%, permitindo a venda de automóveis novos com motor de combustão após 2035, prejudica os objetivos da União Europeia em matéria de segurança energética e clima" e salienta que manter a meta de diminuição em 100% das emissões de dióxido de carbono - responsáveis pelo aquecimento global - para 2035 "é absolutamente necessário" para que a Europa alcance a neutralidade carbónica em 2050.

"Se os legisladores concordarem em 100% de redução das emissões em 2035, o investimento na mobilidade elétrica - automóveis elétricos, rede de carregamento, produção de baterias e reciclagem - será impulsionado, abrindo caminho na União Europeia para um transporte verdadeiramente limpo", argumenta a Zero, acrescentando que a "posição retrógrada" de Portugal "tem antecedentes: num ponto muito pouco ambicioso da Lei de Bases do Clima, que permite a venda de automóveis com motores de combustão na forma de híbridos ou híbri-



dos 'plug-in' após 2035".

A Lusa procurou obter uma reação do Ministério do Ambiente e Ação Climática ao assunto exposto pela Zero, mas até ao momento não obteve uma resposta.

Portugal, Itália, Roménia, Bulgária e Eslováquia justificam a alteração na meta de redução das emissões de dióxido de carbono no setor automóvel com a necessidade de "estabelecer períodos de transição adequados e adaptados, que não criem custos desproporcionados e desnecessários tanto para a indústria automóvel como para os consumidores, mas que sejam totalmente coerentes com os objetivos climáticos da União Europeia".

A proposta conjunta dos cinco países deverá ser apresentada na sexta-feira na reunião do Comité de Representantes Permanentes, que tem como um dos pontos em discussão a revisão do regulamento que estabelece padrões de desempenho de emissões de dióxido de carbono para veículos novos de

passageiros e ligeiros de mercadorias. O Comité de Representantes Permanentes, onde têm assento os Estados-membros, "coordena e prepara os trabalhos de todas as reuniões do Conselho" da União Europeia e "procura, ao seu nível, chegar a acordo para posterior apresentação ao Conselho para aprovação".

O Conselho é a principal instância de decisão da União Europeia, em que representantes dos Estados-membros se reúnem regularmente a nível ministerial.

A norma final de revisão do regulamento que estabelece padrões de desempenho de emissões de dióxido de carbono para veículos novos de passageiros e ligeiros de mercadorias será negociada entre Parlamento, Conselho e Comissão europeus no segundo semestre do ano, durante a presidência checa do Conselho da União Europeia, entre julho e dezembro.

CRIANÇA ENCONTRADA NO LIXO AFINAL NÃO VAI SER ENTREGUE PARA ADOÇÃO

O Supremo Tribunal de Justiça não encontrou "factos que demonstrem" que o pai biológico representa um perigo para o bebé abandonado em 2019 num contentor e determina que seja dada uma oportunidade à criação de laços biológicos.

No acórdão a que a Lusa teve acesso, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) dá razão ao recurso do pai biológico da criança, encontrada em novembro de 2019 num ecoponto em Lisboa por um sem-abrigo, abandonada pela mãe poucas horas após o parto.

No recurso, o pai biológico contesta a decisão do Tribunal da Relação de Lisboa, que confirmou a decisão de entregar a criança para futura adoção e proibir contactos com o progenitor, impedindo-o de ver, conhecer e estabelecer uma relação com o filho.

"Ora, a verdade é que não se consegue encontrar factos que demonstrem, seja que o comportamento do pai biológico representa ou é suscetível de representar perigo grave para a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança, seja que o pai biológico revela manifesto desinteresse ou carece de capacidade para assumir o papel de pai da criança", lê-se no acórdão hoje proferido.

Na decisão tomada pelos conselheiros Catarina Serra, Rijo Ferreira e Cura Mariano, o STJ recusa as alegações de que o pai biológico manifestou desinteresse

pela criança "em termos de comprometer seriamente a qualidade e a continuidade dos vínculos afetivos", defendendo, em oposição, que isso é "ostensivamente contraditado pelos factos".

"Aquilo que se verifica, pelo contrário, é que, desde que soube que é o pai [...], tem manifestado um interesse forte, categórico e persistente em conhecer e se aproximar" da criança, referem os juizes do STJ.

Sobre as condições de habitabilidade da casa do pai biológico e da condição socioeconómica deste, o tribunal reconhece limitações, mas defende que não podem excluir definitivamente laços afetivos futuros.

"Atualmente, [...] não estão reunidas as condições para que a criança seja entregue ao pai biológico. Sucede que tão-pouco estão reunidas as condições para que se exclua já, de uma forma tão absoluta e definitiva, a hipótese de o pai biológico ter e manter uma ligação com a criança. Não há factos que atestem com segurança que inexistem ou que se encontram seriamente comprometidos os vínculos afetivos próprios da filiação pela simples razão de que não foram feita uma tentativa séria para que isso pudesse ser verificado", diz o acórdão.

"A relação biológica - insiste-se - só deve ser preterida em face de comprovada impossibilidade de a preser-

var", enfatizam os conselheiros.

O STJ conclui, "em síntese" que não há razões nem para não dar à criança "a oportunidade de desfrutar do conhecimento, do contacto e da presença do pai biológico", nem para não dar ao progenitor "uma oportunidade razoável para criar laços afetivos com o filho".

"Cumprirá ao Estado, através das autoridades públicas competentes, promover e apoiar a tentativa de estabelecer o contacto entre progenitor e criança como uma fase absolutamente necessária do processo, que permitirá, mais tarde, reavaliar a situação e, então, tomar uma decisão tendencialmente definitiva" quanto à criança.

Perante isto, o STJ considera que "não estão reunidas as condições para a aplicação da medida de confiança com vista a futura adoção", pelo que decidiu revogar a decisão do Tribunal da Relação, que confirmava a medida favorável à adoção pela família de acolhimento.

Em causa está o caso de um menino que foi encontrado em novembro de 2019 num caixote do lixo por um sem-abrigo, em Lisboa, tendo na altura o Ministério Público aberto uma investigação.

A criança, atualmente com dois anos e meio, foi encontrada num contentor junto à discoteca Lux, na Avenida Infante D. Henrique, tendo sido então transportada para o Hospital D. Estefânia, onde recebeu assistência médica adequada.



SECA: PRODUTORES DE ARROZ DO VALE DO SADO COM PERDAS DE 20%

Os produtores de arroz do Vale do Sado, no Alentejo, contabilizam este ano 20% de perdas em relação à campanha de 2021, com uma redução da área de cultivo na ordem dos 1.500 hectares, devido à seca.

A nível nacional, a área cultivada de arroz diminuiu "cerca de 2.000 hectares" em relação à campanha anterior, sendo que, destes, "1.500 hectares são no litoral alentejano", avançou à agência Lusa João Reis Mendes, presidente do agrupamento de produtores.

Esta diminuição de 1.500 hectares no litoral do Alentejo tem "incidência especial em Alcácer do Sal e Santiago do Cacém", no distrito de Setúbal, acrescentou o responsável do Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado (APARROZ).

Estes resultados "foram um bocadinho inferiores ao cenário que tínhamos projetado no princípio do ano", quando a estimativa apontada para

uma redução de 2.500 hectares da área de cultivo.

No entanto, "podemos confirmar que somos a zona mais afetada em termos de diminuição de áreas", disse João Reis Mendes, apontando para uma quebra de cerca de cinco milhões de euros de receitas.

"Isto deve-se à falta de água no caso de Santiago do Cacém e de alguma maneira também em Alcácer do Sal", sendo o problema acrescido, nesta última zona, pela obra de rega do Vale do Sado, "que está a reparar um troço de canais que impede a rega este ano", explicou.

A obra "não foi concluída o ano passado e só este ano é que vão concluir um resto do troço, o que implica à volta de 400 hectares a menos de área de arroz e mais cerca de 200 hectares que não são feitos porque não têm água suficiente", precisou.

"Obviamente, isto são perdas para as explorações que são afetadas, porque aque-

las que não cultivam não têm a receita proveniente dessas áreas", lamentou.

Contudo, a zona de Santiago do Cacém "é a mais preocupante", pois, os cerca de 150 produtores afetados já passaram por "três ou quatro anos de sucessivas secas", havendo "uma continuidade de perdas", considerou. O agrupamento disse esperar que "haja uma evolução nos preços de venda do arroz em casca", atendendo ao "aumento brutal dos fatores de produção, especialmente dos fertilizantes", devido à guerra na Ucrânia que "encareceu muito o custo por hectare da cultura".

Questionado sobre a possibilidade de aumentar a produção de arroz, para dar resposta à falta de cereais provocada pela guerra, o dirigente explicou que "não há forma, de um momento para o outro, de alargar a área" de cultivo.

"Estamos condicionados porque temos de ter os terrenos completamente planos e sistematizados em

canteiros, à cota zero, para podermos regar por alagamento e não há forma, de um momento para o outro, de alargarmos a área" que se cinge aos estuários do Sado, Tejo e Mondego, indicou.

Segundo o dirigente, "com um autoabastecimento" de arroz, entre "os 60 e os 65%", o país "tem de importar 40%" deste cereal do estrangeiro", que também está a ser afetado pela seca. O Vale do Sado, compreende os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém (distrito de Setúbal) e parte dos de Ferreira do Alentejo e Odemira (Beja).

O Governo anunciou hoje que vai lançar a partir de julho campanhas de promoção do uso eficiente da água, dirigidas a todos os tipos de consumidores, com reuniões mensais de acompanhamento da situação até final de setembro.

Segundo previsões oficiais, 34% do país está em seca severa e 66% está em seca extrema.

CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO AUMENTARAM EM 2021

Mais de 43 mil situações de perigo, a maioria por violência doméstica e negligência, foram comunicadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em 2021, mais 8,6% do que em 2020, segundo um relatório divulgado. O relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ relativo a 2021, divulgado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP), precisa que no ano passado "se registou um aumento do número de comunicações de crianças e jovens em perigo relativamente a 2020", totalizando 43.075, mais 3.416 do que no ano transato.

Segundo o documento, a violência doméstica (13.782), logo seguida da negligência (12.946), constituíram as categorias de perigo mais registadas nas comunicações recebidas pelas CPCJ, mantendo a tendência do ano anterior. Os comportamentos de perigo na infância e na juventude (7.091), direito à educação (6.445), maus-tratos físicos (1.026) e psicológicos (1.371), bem como abusos sexuais (919), constituem outras categorias de perigo co-

municadas às CPCJ no ano passado.

O relatório indica também que as principais entidades comunicantes são, à semelhança dos anos anteriores, as forças de segurança e os estabelecimentos de ensino.

A maioria das 43.075 comunicações chegaram às CPCJ por escrito, refere o mesmo documento, dando igualmente conta que a Linha Crianças em Perigo recebeu 1.474 chamadas, 109 das quais consubstanciaram comunicações, e 383 denúncias através do formulário 'online' disponível na página da CNPDP. De acordo com o relatório, à semelhança de anos anteriores, mantém-se uma prevalência de comunicações relativas a crianças e jovens do sexo masculino (53% do total) face às crianças e jovens do sexo feminino (47%).

As crianças e jovens entre 11 aos 14 anos (26%) são as que representaram a maior expressividade das comunicações, seguindo-se dos 0 aos 5 anos (24%) e dos 15 aos 17 anos (23%). A CNPDP destaca as crianças com 2 anos ou menos, que registou 5.305 comunicações em 2021, um acréscimo de 3,6%

(359) relativamente ao ano anterior.

O relatório especifica que, das 43.075 comunicações recebidas, 2.057 situações originaram mais do que uma reabertura de processos em 2021, ou seja, totalizando 45.132.

A avaliação anual salienta igualmente que as CPCJ movimentaram 73.241 processos de promoção e proteção no ano passado, 31.143 dos quais transitaram de anos anteriores e 42.098 processos foram iniciados em 2021.

"Dos processos iniciados no ano, 33.937 correspondem a crianças que beneficiaram de intervenção das CPCJ pela primeira vez e 8.161 correspondem a crianças que tiveram o seu processo anterior reaberto no ano", frisa. Durante o ano de 2021, acrescenta o relatório, "em resultado de mudanças de residência das crianças e jovens ocorreu a transferência de 1.609 processos de uma CPCJ para outra, o que, contabilisticamente, significa contar o mesmo processo mais do que uma vez" e, "por conseguinte, na análise processual de 2021, retirando as transferências entre CPCJ, resulta o acompanhamento de 71.632 processos, que correspondem a 69 727 crianças e jovens".

Segundo o mesmo documento, do total de 71.632 foram arquivados 5.070 "por não verificação dos pressupostos legais exigidos" e essencialmen-

te devido à "falta de legitimidade das CPCJ para intervenção" e por terem sido remetido a tribunal situações por existência de um processo judicial a favor da criança.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) diz que, sempre que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem tem lugar a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

Caso sejam confirmadas as situações de perigo comunicadas a intervenção das CPCJ só pode iniciar-se com o consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, e a não oposição da criança com idade igual ou superior a 12 anos.

A legitimidade de intervenção da CPCJ pode cessar a todo o momento, caso os pais ou responsáveis legais ou quem tenha a guarda de facto retirem o consentimento à intervenção, ou a criança/ jovem expresse a sua oposição. Nestes casos, o processo de promoção e proteção será remetido para o Ministério

CHEGA REUNIUI COM PARCEIROS DO IDENTIDADE E DEMOCRACIA



André Ventura participou, em Antuérpia, Bélgica, na Assembleia Geral do grupo político europeu Identidade e Democracia (ID), onde foram abordados os grandes desafios políticos que a Europa enfrenta.

Neste encontro foram abordados vários temas que se constituem como desafios políticos à Europa na atualidade e outros temas como as eleições europeias de 2024 e conclusões sobre as eleições em França.

“É importante começar a dar passos para a criação de um grande grupo europeu que vença as eleições europeias de 2024”, sublinhou André Ventura, referindo ainda que é fundamental refletir os problemas que a Europa enfrenta com os partidos da mesma família política do CHEGA.

Desta reunião do grupo político europeu que o CHEGA integra saiu a Declaração de Antuérpia, onde foi sublinhada a

importância de construir uma Europa de nações soberanas e de combater a tendência centralizadora da União Europeia, reforçando, ao mesmo tempo, o papel dos Estados-membros e dos seus povos, de forma a manterem os seus direitos e a sua identidade.

Neste encontro, foi também denunciado o viés ideológico que tem levado as instituições europeias a silenciar alguns

Estados-membros, através do mecanismo do Estado de direito que limita a atribuição de fundos a estes países.

A necessidade de defesa das fronteiras europeias relativamente aos fenómenos migratórios foi reafirmada e a invasão da Ucrânia pela Federação Russa mereceu também forte condenação por parte deste grupo político.

CARTÃO VERMELHO À ESQUERDA E À EXTREMA-ESQUERDA. NOVOS VENTOS SOPRAM NA EUROPA

Nunca o partido de Marine Le Pen tinha conseguido um resultado tão expressivo em eleições legislativas, tendo assegurado, este domingo, um total de 89 mandatos no Parlamento francês. Em contrapartida, Macron perdeu a maioria e tem agora de negociar para manter o apoio parlamentar.

Na primeira reação aos resultados, a líder do partido União Nacional prometeu uma oposição “firme” e “sem conluio”, mas “responsável e respeitosa” das instituições. Referiu ainda que “é de longe o [resultado] mais numeroso da história da nossa família política”.

O resultado é assinalável por vários motivos. Um dos quais prende-se com o facto de a União Nacional se tornar no principal partido de oposição na Assembleia Nacional, tendo em conta que, apesar da coligação de esquerda, denominada Nova União Popular Ecológica e Social (NUPES), contar com 131 deputados eleitos, esta vai ficar dividida em vários grupos parlamentares: 72 deputados serão da França Insubmissa, 24 do Partido Socialista, 23 da Europa Ecologia Os Verdes e 12 do Partido Comunista.

Outro motivo que enaltece este resultado é o facto de o sistema eleitoral francês se realizar num sistema maioritário uninominal de duas voltas, o que favorece tradicionalmente os candidatos ‘centristas’, e que tem levado a que

a União Nacional nunca tenha ido além dos oito deputados, eleitos em 2017.

Le Pen não deixou passar este facto em branco, tendo afirmado que “ultrapassando um modo de escrutínio particularmente injusto e inadaptado à nossa época, o povo decidiu enviar um grupo parlamentar muito potente da União Nacional para a Assembleia. (...) Será, de muito longe, o maior grupo da história da União Nacional”.

Com estes resultados, e segundo diversos analistas, parece ter caído a tradicional ‘frente republicana’ a nível local em França, que juntava todos os outros candidatos contra o Partido de Marine Le Pen. A União Nacional conseguiu ir à segunda volta em 208 círculos eleitorais: 106 candidatos enfrentaram um adversário da coligação presidencial, outros 61 um candidato da coligação de esquerda NUPES e outros 25 um representante do partido de centro-direita, Republicanos (Les Republicanains). Em quase metade desses ‘duelos’, o candidato da União Nacional conseguiu vencer.

Outro dado relevante é a forte implantação local da União Nacional, que conseguiu eleger deputados além dos seus bastiões tradicionais, em territórios como Gironde, que, até hoje, nunca tinham tido qualquer representante do partido.

O Vox consolidou-se como ter-

ceira força política na Andaluzia, subindo de 12 para 14 deputados, numa eleição em que se viu a esquerda ser literalmente varrida do mapa, com a maior derrota de que há memória na comunidade autónoma da Andaluzia. Em 109 mandatos, os partidos de esquerda, no seu conjunto, elegeram apenas 37. Juan Manuel Moreno, do Partido Popular, conseguiu a maioria absoluta, com 58 deputados. Isto constitui mais uma pesada derrota para toda a esquerda, em particular para o PSOE, numa altura em que já se preparam as eleições gerais que irão ocorrer em 2023.

Estes resultados, a par do crescimento do CHEGA em Portugal – que, em dois anos, passou de um para 12 de-

putados – mostram como a esquerda e extrema-esquerda estão a perder força um pouco por toda a Europa.

Os europeus estão cada vez mais descontentes com o rumo que os países, no particular, e a Europa, no geral, está a levar. Estas eleições foram um claro cartão vermelho dado ao sistema que tem vindo a governar a maioria dos países europeus nas últimas décadas. O resultado das eleições em França, na espanhola Andaluzia e em Portugal (em janeiro passado) mostram uma vitória do conservadorismo sobre a total ausência de valores patrióticos que a esquerda e a extrema-esquerda cultivaram nas nações europeias.



PILOTOS ACUSAM TAP DE “MANIPULAÇÃO E PROPAGANDA”

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) acusou a TAP de “manipulação e propaganda” e garantiu que iria acionar “todos os mecanismos legais” para contestar o que dizem estar a ser “incumprido”.

Num comunicado interno aos pilotos associados, a que a Lusa teve acesso, o SPAC começa por afirmar que “se a capacidade da gestão da TAP igualasse pelo menos a capacidade de manipulação de informação e propaganda, a TAP estaria muito bem entregue, mas infelizmente não está”.

“Chega até a parecer uma campanha de um partido político, mas desta vez, e mais uma vez, quem está a sofrer são todos os trabalhadores, e neste caso particular e sem comparação possível com as outras classes profissionais”, os pilotos, acrescentam.

Este domingo, a TAP anunciou que vai reduzir em 10% o corte que os pilotos sofreram nos vencimentos e aumentar o patamar a partir do qual aplicará reduções nos salários dos restantes trabalhadores.

No comunicado, o SPAC enunciou aquilo que considera serem os “pecados” da companhia e em que inclui questões que já criticou no passado, como os aviões cargueiros parados por falta de certificação, mudança de instalações, o recurso a aviões Embraer mais pequenos e os contratos de prestação de serviços, ou ACMI, para colmatar dificuldades na operação.

Além disso, indicou, “alvítrá que os cortes são inferiores aos acordos de emergência quando na realidade, a ter em conta o corte salarial de sete por cento (7%) nas anuidades e senioridades, a supressão da taxa de inflação de 2020 e 2021, acrescido do valor do parque de estacionamento, são de facto muito superiores” e “assume agora o pagamento do subsídio complementar de refeição, (vulgo taxa de aterragem), mas apenas com retroatividade a janeiro de 2022, quando incumpe neste pagamento desde a assinatura do Acordo Temporário de Emergência”, realçou o SPAC.

Segundo a mesma nota, “não consta em qualquer parágrafo do Acordo Temporário de Emergência que o corte suplementar seja para garantir algo mais do que a proteção de emprego, e assim sendo, a partir do momento que não há necessidade de proteção de emprego por haver pilotos excedentários, tem que deixar de haver corte suplementar de salário”, garantiu o sindicato.

Quanto à gestão, a estrutura sindical disse que a TAP “está a aumentar os quadros executivos, trazendo para Portugal a preço e condições de expatriados, gestores estrangeiros, aumentando o peso da estrutura à revelia de um plano de reestruturação que se diz para garantir um futuro sustentável da empresa”, acrescentando que “a equipa de gestão só está a fazer

tudo para que os pilotos continuem a subsidiar, com os cortes nos seus salários, estes e outros erros de gestão que se queria adequada aos desafios exigentes do mercado ultracompetitivo da aviação”.

Por tudo isso, a direção do SPAC irá pedir “a marcação, com a maior brevidade possível, de uma Assembleia de Empresa e de onde não pode sair algo diferente de uma medida de ação industrial que mostre que o problema nunca foram os pilotos, que aceitaram um corte de mais de 50% do seu salário, mas sim as sucessivas gestões danosas da empresa” que, acrescentam, trouxeram a empresa até onde está hoje.

“Paralelamente iremos acionar todos os mecanismos legais na defesa do que achamos estar a ser incumprido pela empresa. É tempo de dizer ‘não’ à prepotência e impunidade de quem nos gere”, rematou.

Numa mensagem enviada aos trabalhadores e à qual a agência Lusa teve acesso no domingo, a TAP sublinhou que “os atuais cortes salariais são um compromisso de todos durante a vigência do plano” de recuperação e que “não podem ser alterados simplesmente porque o volume de negócios aumenta”.

E adiantou que, “além disso, um dos principais objetivos definidos para estes cortes era poder adotar um salário mínimo garantido ao qual nenhum corte seria aplicado”.

“A aplicação desta garantia mínima significa que os cortes efetivos não são de 25%, mas variam em média entre 12 e 15%”, referiu a carta.

Em resultado de um “diálogo aberto e contínuo, foi decidido atualizar o salário mínimo garantido de 1.330 euros para 1.410 euros, retroativamente a janeiro de 2022” e “isto assegurará o princípio de manter a proteção de um nível de remuneração sem cortes equivalente a dois salários mínimos nacionais”, adiantou a comissão executiva da TAP numa mensagem enviada aos trabalhadores.

De acordo com a carta, especificamente para os pilotos, a Comissão Executiva presidida por Christine Ourmières-Widener vai “reduzir unilateralmente o corte que sofreram em 10%”, assim como pagar o subsídio de aterragem sem cortes e com retroativos a janeiro de 2022 e suspender a aplicação do mecanismo de ‘clawback’ (e não planear horas extraordinárias em conformidade).

O mecanismo de ‘clawback’ está previsto na cláusula 12.ª do ATE [Acordo Temporário de Emergência] e permite a aplicação de uma penalidade à TAP se exceder as 300.000 horas de voo anuais e limita também que a TAP não possa planear horas extra aos pilotos, segundo esclarece a nota a que a agência Lusa teve acesso.

ALERTA: PREÇOS DA HABITAÇÃO NÃO PARAM DE SUBIR

O índice de preços da habitação (IPHab) cresceu 12,9%, no primeiro trimestre, face ao mesmo período de 2021, mais 1,3 pontos percentuais do que no trimestre anterior, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados.

De acordo com a autoridade estatística, naquele período, os preços das habitações existentes aumentaram a um ritmo superior ao das novas, registando crescimentos de 13,6% e 10,9%, respetivamente.

Comparativamente ao trimestre anterior, o IPHab aumentou 3,8% (2,7% no trimestre precedente). Por categoria, os preços dos alojamentos existentes aumentaram 4,4%, acima do observado nos alojamentos novos (1,8%), apontou o INE.

Nos primeiros três meses do

ano, foram transacionadas 43.544 habitações, o que representa uma taxa de variação homóloga de 25,8% (17,2% no trimestre anterior) e uma redução em cadeia de 5,1% (redução de 11,6% em igual período de 2021).

No período em análise, o valor das habitações transacionadas foi de cerca de 8.100 milhões de euros, um aumento de 44,4% face ao mesmo período do ano passado.

Entre janeiro e março, 37.840 das habitações transacionadas foram compradas por famílias (86,9% do total), totalizando 7.000 milhões de euros (86,1% do total).

Naquele período, 5,9% do número total de transações (2.556 habitações) envolveram compradores estrangeiros.





ANDRÉ VENTURA

PRESIDENTE DO PARTIDO CHEGA

Já era evidente antes de 30 de janeiro, mas agora é ainda mais: o CHEGA veio desequilibrar por completo e definitivamente o sistema político português, dando-lhe uma nova configuração.

Agora não só a direita está em reconfiguração, como todo o processo de intervenção da direita portuguesa: as formas de intervenção política, o discurso parlamentar ou a presença nas ruas mudaram completamente nos últimos anos. De alguma

forma o CHEGA conseguiu ser transversal aos vários partidos do espectro político nacional, capturando apoiantes e militantes entre comunistas, socialistas, sociais-democratas, liberais ou centristas. Isso traduz-se também na enorme amplitude e penetração que o CHEGA tem em todos os segmentos da sociedade portuguesa independentemente da idade, da raça, da condição económica ou da região onde vive.

Talvez seja ao nível do discurso e da forma de fazer política que estas mudanças mais se verificam: agora, sobretudo à direita, os partidos sabem que não podem ignorar as legítimas preocupações dos cidadãos, as inquietações dos cidadãos comuns, nem restringir a política

às sedes partidárias ou aos gabinetes parlamentares. A nova política à direita foi completamente transformada pelo CHEGA: hoje há uma direita popular, genuína e muito combativa a que os socialistas e a extrema-esquerda não estavam habituados. Alguns perguntam-se se é a direita que está em desagregação, mas a verdade é que esta é a maior reconfiguração política desde o 25 de abril de 1974. Vergonhas como a acumulação de pensões políticas, as subvenções vitalícias de ministros presos, a impunidade da corrupção em Portugal, o deficiente crescimento económico ou a burocracia e o desperdício absoluto no Estado nunca mais serão ignorados pelo discurso político.

Pela primeira vez em 47 anos

há um projeto político que não quer só ser uma alternativa dentro do sistema, quer lançar as bases de uma refundação do Estado e necessariamente da justiça do sistema fiscal e do sistema político.

O CHEGA veio para libertar os portugueses de um sistema que se quer apresentar constantemente como perfeito, mas apenas tem gerado pobreza, corrupção, estagnação e um Estado refém de clientelas políticas sombrias e obscuras. Não desistiremos, não desistiremos nunca até devolver a Portugal a dignidade que merece e o seu papel incontornável na história europeia e internacional.

O REGRESSO DO CONSERVADORISMO À UNIÃO EUROPEIA!

também do Partido CHEGA (ID) de André Ventura em Portugal, são paradigmas desta enorme transformação a acontecer na Europa. Passo a passo, país a país, eleição a eleição, esta mudança vai fazendo o seu caminho de forma silenciosa, mas firme, na tentativa de salvar das garras frias do Socialismo, esta União Europeia que se quer de respeito pela Soberania das Nações integrantes e cultura dos seus Povos, e não de uma assustadora Federação de Estados sem alma e respeito pela singularidade dos seus Membros.

Nas últimas eleições presidenciais em França, cuja segunda volta se realizou no dia 24 de Abril passado, Marine Le Pen, candidata pelo Rassemblement National (ID), obteve 41,8% dos votos, o que representou um incremento de cerca de mais três milhões e meio de votos. Este Domingo, Marine Le Pen cujo partido não tem uma grande tradição legislativa, subiu de 8 para 89 deputados eleitos.

Um gigantesco crescimento da representatividade parlamentar, considerando que ao contrário de Macron e de Mélenchon - que foram

em coligações - o Rassemblement National apresentou-se sozinho ao escrutínio em urna.

Na Áustria, o FPÖ com 30 deputados eleitos, resultantes dos cerca de 16% de votos das eleições de 2019, conta agora com sondagens na ordem dos 20%.

Na vizinha Espanha, o VOX (ECR) a nível nacional está em terceiro lugar nas sondagens praticamente colado aos PP e ao PSOE, o que, a manter-se, será um "passaporte" para um Governo de coligação.

A nível regional é hoje parte do Governo de Castilla y León e nas eleições de ontem na Andalúcia - até agora "bastião sagrado" dos Socialistas - com Macarena Olona a cabeça-de-lista, obteve 14 deputados, subindo de quinta para terceira força política.

Não fora o PP ter beneficiado dos 21 deputados que os Ciudadanos deixam para trás com a "hecatombe" eleitoral que sofreram, e o VOX poderia estar a discutir um Governo de coligação com o PP na Andaluzia.

Em Itália, os Fratelli d'Itália (ECR) estão hoje à frente de todas as sondagens com cerca de 23% dos

votos, ficando a Lega Itália (ID) em terceiro com aproximadamente 16%.

Juntos terão neste momento em intenção de voto cerca de 40% das preferências do eleitorado e caminho para um possível entendimento pós urnas.

Por fim temos o caso português do CHEGA (ID):

Em 2019, apenas seis meses depois da sua formação, o CHEGA elegeu o seu Líder e Presidente André Ventura como deputado único à Assembleia da República, passando dois anos mais tarde para terceira força política com 7,15% dos votos e 12 deputados eleitos.

Ao momento em que vos escrevo saíram sondagens que o colocam com 8,2% e 9,3%, sempre como terceira força política.

Imagem agora uma união destes dois grupos no Parlamento Europeu?...

Ou uma frente comum de voto em determinadas matérias de fundo como as questões de Soberania?... Daqui se poderá concluir pelo oportuno e feliz regresso do Conservadorismo à União Europeia!



RICARDO DIAS PINTO

DIREÇÃO NACIONAL

Os partidos conservadores, substanciados nas Famílias europeias ID-Party (do qual faz parte o CHEGA) e ECR, estão cada vez mais fortes, capazes de se afirmar e assim tendencialmente se posicionarem nos lugares cimeiros dos seus países.

Deste modo, é espectável que venham a reforçar bastante a sua força nas próximas eleições europeias em 2024.

Casos como o do Fidesz no Governo da Hungria, liderado por Viktor Orbán, do Law and Justice (ECR) no Governo da Polónia, liderado por Mateusz Morawiecki, do Rassemblement National (ID) de Marine Le Pen em França, da Lega Itália (ID) de Matteo Salvini, do FPÖ (ID) de Norbert Hofer na Áustria, do VOX (ECR) de Santiago Abascal em Espanha ou dos Fratelli d'Itália (ECR) de Georgia Meloni em Itália, mas



PATRÍCIA DE CARVALHO

DIREÇÃO NACIONAL

Há mais de uma semana que só se ouve falar do caos que está instalado no Serviço Nacional de Saúde: serviços de urgência fechados por falta de médicos, um bebé que morre por falta de médicos, sindicatos que revelam a falta de condições de trabalho dos profissionais da saúde que fazem demasiadas horas extraordinárias.

OPINIÃO | 17 DE JUNHO DE 2022

ONDE ANDA O POVO?

O Executivo do PS, que governa há sete anos, não fez rigorosamente nada pela Saúde. Assaltou o poder – quando não ganhou as eleições – herdando um país que se começava a erguer depois de outro Executivo PS (o de José Sócrates) nos ter atirado ao charco e, no entanto, deixou que os profissionais da Saúde continuassem a trabalhar sem condições, levando-os à exaustão. Depois veio a pandemia e Governo de António Costa – que não tinha feito rigorosamente nada pela Saúde – confinou hospitais e centros de saúde. Resultado? Milhões de portugueses que ficaram sem acesso a consultas, cirurgias e exames médicos e que agora estão a braços com doenças, nomeadamente cancros,

já em estado avançado, o que dificulta a sua recuperação.

E agora eu pergunto: onde é que está o povo? Pois não é o povo que paga, todos os meses, com os descontos que faz nos seus salários este desgoverno das coisas? Pois não é o povo que, não tendo condições financeiras para recorrer ao setor privado, fica, em alguns hospitais, mais de 800 dias à espera de uma cirurgia? Pois não é o povo que sofre na pele a gestão danosa que os governos do PS fazem do erário público?

Onde é que está o povo que não sai à rua em protesto com tudo isto? Onde é que está o povo que reclama melhores salários e maiores pensões? Onde é que está o povo?

“É preciso é haver saúde”, é o que todos dizem, porque havendo saúde de tudo o resto, bem ou mal, se consegue. Mas a questão é: não há saúde! E não havendo saúde como é que se consegue tudo o resto?

O que é preciso para viver é saúde. E por que razão o povo não sai à rua para dizer isso ao Governo? Por um lado, eu compreendo o porquê, é que os sindicatos disto e daquilo são controlados pela esquerda que gosta de manter o povo sereno e na miséria. Mas por outro lado, não consigo compreender.

Se não se sai à rua para exigir saúde, sai-se à rua para quê?

A esquerda acha que tem a rua fechada às suas vontades, mas o povo tem de lhes dizer que já CHEGA.

OPINIÃO | 18 DE JUNHO DE 2022

PEDROGÃO GRANDE 2017 - E TUDO AS CINZAS FIZERAM ESQUECER

do comando, e principalmente a falta de meios de apoio foi gritante. Houve dezenas de povoações completamente isoladas. O caos era notório. O teatro de operações era medonho, assustador. Para quem esteve no combate ao incêndio, nas buscas e recolha de corpos pelas estradas, pelas casas e pelas quintas são imagens que ficarão para sempre na Memória. Havia ‘pessoas’ ou o que restava delas pela EN 236-1... é impossível esquecer.

Infelizmente, os cargos políticos locais na altura fizeram-se evidenciar e pelos piores motivos. Situações que ainda hoje estão sob a alçada judicial... e que tendem a arrastar-se pelo tempo.

Estiveram envolvidos mais de 1.100 bombeiros (viveram dias de terror e horror), mais de 400 veículos (alguns ficaram no terreno completamente destruídos) e mais de 10 meios aéreos ao mesmo tempo (1 dos aviões acabou por cair na Pampilhosa da Serra), sem contar com centenas de pessoas de outras entidades e instituições envolvidas nos incêndios, mas não diretamente no combate. Parecia um autêntico cenário de guerra, até pela

envolvência, direta e indiretamente do Exército português, quer no combate, quer no apoio às populações.

Mais de 40 empresas destruídas, mais de 300 postos de trabalho perdidos e mais de 500 milhões de euros de prejuízos estimados.

Assistiu-se nos primeiros dias, a um mediatismo, como se de uma novela se tratasse. Eram tantos os canais de TV, as figuras públicas e os cidadãos comuns envolvidos, que a pequena vila de Pedrogão Grande, transformou-se numa ‘mini’ cidade solidária. Todos queriam SUPOSTAMENTE ajudar, todos faziam reportagens, todos queriam fotos do local e das chamas... mas a SOLIDARIEDADE REAL, onde esteve?

De todos os cantos do País e da Europa, chegaram apoios de diversas formas e feitios. Relembro com alguma nostalgia, uma senhora que de uma forma envergonhada entregou “1 prato, 1 par de talheres e um pano...”, dizendo que “...estava a dar tudo quanto podia.” Somos um Povo Pobre, mas com NOBREZA de atos.

Seguiram-se dias de autêntico des-norte, dias de semblantes carregados,

de vidas completamente destruídas. Apenas nos restava uma palavra de conforto e sobretudo algum apoio psicológico, com técnicos no terreno. Uma palavra de agradecimento às centenas de profissionais e voluntários envolvidos pela causa solidária e não pelas selfies.

No entanto, tudo é efémero. O que se promete, esquece-se ou já não interessa, porque já passou o seu timing; o que ficou danificado, ou não é reparado ou então demora tempo demasiado, ou pior do que isso mesmo, o aproveitamento de terceiros, face ao infortúnio dos envolvidos.

Infelizmente, e passados 5 anos, os problemas de outrora são os mesmos, MANCHA FLORESTAL DESORDENADA (autêntico barril de pólvora), FALTA DE LIMPEZA FLORESTAL (embora haja esforço, mas é pontual. Deveria haver mais Sapadores Florestais), FALTA DE REFORÇO DE ANTENAS DE COMUNICAÇÕES (quer móvel, quer de Internet), QUEIXAS DE FALTA DE APOIO A FAMÍLIAS REFERENCIADAS...

Conforme se começou o texto, assim se termina...

Tudo vai com quem o deixa... ou seja, de PROMESSAS estão as SELFIES de ALGUNS CHEIAS...



PAULO SECO

PRES. DISTRITAL COIMBRA

Tudo NASCE, tudo CRESCE, tudo MORRE, mas as PROMESSAS ESQUECER é trágica e desumanamente TRISTE.

Estamos no dia 17 de junho de 2017, deflagra na povoação de Escalos Fundeiros (Pedrogão Grande) um dos maiores incêndios de que há memória em Portugal. Quer pela sua rapidez e propagação, quer pela área ardida, quer pelos meios (terrestres e aéreos) envolvidos, jamais foi vista uma catástrofe assim.

Falamos de 7 Concelhos na primeira linha de fogo (Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Sertã, Pampilhosa da Serra e Penela), com falta de comunicações (SIRESP falhou a todos os níveis), a descoordenação existente entre a AENPC e os Bombeiros Locais, visto que os Comando Locais foram afastados

WWW.CHEGAFEST.PT

CHEGA FEST BATALHA

29 - 30 - 31
JULHO DE 2022

RUI BANDEIRA
E A SUA BANDA
29 DE JULHO

BANDA DE TRIBUTOS
AOS QUEEN
30 DE JULHO

DJ'S FADOS
FOLCLORE
E MUITO MAIS!
31 DE JULHO

Juntos vamos
FESTEJAR
a Portugalidade